

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

22 DE MARÇO DE 2010

ÀS 11 HORAS

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

TARPON INVESTIMENTO S.A

Companhia aberta: CVM 21.717

CNPJ: 05.341.549/0001-63

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.144, 5º andar, cj. 52

São Paulo, SP

Prezado Acionista,

Este Manual foi elaborado pela administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”), com o objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos seus acionistas, para que participem da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 22 de março de 2010, às 11h (“Assembléia”), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.144, 5º andar, conjunto 52.

Contamos com a participação ativa e a colaboração dos nossos acionistas.

São Paulo, 5 de março de 2010

ÍNDICE DO MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Edital de Convocação	Páginas 4 e 5
Proposta da Administração	Páginas 6 a 9
Anexo I (proposta de destinação do lucro líquido)	Páginas 10 a 14
Anexo II (informações indicadas no item 13 do formulário de referência)	Páginas 15 a 33
Anexo III (relatório de alterações no estatuto social)	Página 34
Anexo IV (estatuto social com destaque das alterações propostas)	Páginas 35 a 61
Anexo V (plano de opção com destaque das alterações propostas)	Páginas 62 a 72

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

São convocados os titulares de ações ordinárias de emissão da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”), negociadas no segmento especial do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para se reunirem em assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 22 de março de 2010, às 11h, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.144, conjunto 52, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembléia Geral Ordinária:

- (i) Apreciar as contas dos administradores, o relatório da administração, e examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009;
- (ii) Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 10 de fevereiro de 2010; e
- (iii) Apreciar a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2010, no valor total de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), conforme reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 10 de fevereiro de 2010.

Nos termos da Instrução Normativa CVM n.º 481/09 (“Instrução CVM 481”), a Companhia informa que (i) as informações indicadas no item 13 do formulário de referência; e (ii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 estão disponíveis nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tarponinvest.com.br).

2. Em Assembléia Geral Extraordinária

- (i) Alteração da composição dos Comitês de Auditoria e Remuneração da Companhia, de modo que estes passem a ser compostos por, no mínimo, 2 (dois) membros, sendo 1 (um), necessariamente, conselheiro independente, conforme definido no estatuto social da Companhia.
- (ii) Caso a alteração da composição dos Comitês de Auditoria e Remuneração da Companhia seja aprovada, nos termos do item (i) acima, alterar o artigo 36 do estatuto social da Companhia, de modo a refletir referida alteração.
- (iii) Ratificar o cancelamento de 3.580.348 (três milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentas e quarenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem alteração do valor do capital social, conforme aprovado em

reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 26 de maio de 2009.

- (iv) Caso seja aprovado o item (iii) acima, alterar o artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo refletir a alteração no número de ações de emissão da Companhia.
- (v) Alterar o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), adotado em 16 de fevereiro de 2009, de modo que o preço de exercício para novos participantes do Plano seja o maior entre: (i) R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado por dividendos e outros proventos distribuídos, desde a data de aprovação do Plano até a data de outorga, nos termos do item 5.4 do Plano; e (ii) 75% da cotação de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga. Em ambos os casos, o preço de exercício continuará sujeito ao ajuste nos termos do item 5.4 do Plano.

Nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 481, a Companhia informa que a cópia do seu estatuto social, contendo, em destaque, as alterações propostas e o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao estatuto social da Companhia estão disponíveis nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tarponinvest.com.br).

3. Informações gerais aos acionistas:

Nos termos do artigo 14 do estatuto social da Companhia, para que possa participar da assembléia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da assembléia geral, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral;
- (i) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e
- (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral.

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Seguem abaixo as matérias a serem deliberadas na Assembléia, com as respectivas propostas da administração.

1. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:

1.1 Apreciar as contas dos administradores, o relatório da administração, e examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009.

As contas dos administradores estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (“Demonstrações Financeiras”), aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2010, com a concordância do Comitê de Auditoria e *Compliance*. A KPMG Auditores Independentes emitiu parecer sem ressalvas às Demonstrações Financeiras da Companhia.

As Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes foram publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no “Jornal da Tarde”, em sessão de 12 de fevereiro de 2010, e estão disponíveis para consulta nos *websites* da Companhia (www.tarponinvest.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras.

1.2 Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, conforme reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 10 de fevereiro de 2010.

Nos termos do artigo 27, (g), do estatuto social da Companhia, cabe ao conselho de administração da Companhia apresentar à assembléia geral a proposta de destinação do resultado do exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 a Companhia apresentou um resultado de R\$ 16.014.855,53.

Proposta da Administração

Conforme reunião do conselho de administração realizada em 10 de fevereiro de 2010, o conselho de administração da Companhia propõe a seguinte destinação ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

- (a) R\$800.742,79 para a reserva legal da Companhia; e
- (b) R\$15.214.113,04 para a conta de dividendos.

O montante de R\$800.742,79 a ser destinado para a reserva legal está em consonância com o artigo 49, parágrafo 2º, (a), do estatuto social da Companhia, que prevê a destinação de 5% do resultado do exercício à reserva legal.

Dos R\$15.214.113,04 propostos para a conta de dividendos, após a compensação com os dividendos intermediários pagos durante o exercício de 2009, no valor de R\$8.375.119,65, restará um saldo a pagar de R\$6.838.993,39, o qual se propõe sejam distribuídos aos acionistas a título de dividendos. Este saldo resulta no valor de R\$0,16609981 por ação.

Segue abaixo cronograma tentativo de pagamento de dividendos:

Evento	Data
Realização da AGOE	22/03/2010
Data de corte para verificação da posição acionária dos acionistas que fazem jus aos dividendos	22/03/2010
Data em que as ações começarão a ser negociadas sem o direito de recebimento dos dividendos	23/03/2010
Data de pagamento dos dividendos	29/03/2010

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, parágrafo 1º, II, da Instrução CVM n.º 481/09, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM n.º 481/09 estão disponíveis nos *websites* da Companhia (www.tarponinvest.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), além de constarem como Anexo I ao presente Manual da Administração.

1.3 Appreciar a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2010.

Conforme artigo 11, (h), do estatuto social da Companhia, cabe à assembleia geral fixar a remuneração global dos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia. Nos termos do artigo 28, (d), do estatuto social da Companhia, cabe ao conselho de administração fixar a remuneração individual dos administradores, observado o montante global aprovado pela assembleia geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 12, II, da Instrução CVM n.º 481/09, as informações indicadas no item 13 do formulário de referência estão disponíveis nos *websites* da Companhia (www.tarponinvest.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), além de constarem como Anexo II ao presente Manual da Administração.

Proposta da Administração

A administração propõe seja aprovada a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2010, no valor de até R\$12.000.000,00, conforme deliberação tomada em reunião do conselho de administração em 10 de fevereiro de 2010, que engloba a remuneração fixa e remuneração variável do conselho de administração e da diretoria da Companhia.

2. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

2.1 Alteração da composição dos Comitês de Auditoria e Remuneração da Companhia e conseqüente alteração do artigo 36 do estatuto social da Companhia, de modo a refletir referida alteração.

2.2 Ratificar o cancelamento de 3.580.348 (três milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentas e quarenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, com a conseqüente alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo refletir a alteração no número de ações de emissão da Companhia.

A Companhia esclarece, nos termos do artigo 11, II, da Instrução CVM n.º 481/09, (i) o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao estatuto social da Companhia; e (ii) o estatuto social da companhia com as alterações propostas em destaque estão disponíveis nos *websites* da Companhia (www.tarponinvest.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), além de constarem como Anexo III e Anexo IV ao presente Manual da Administração, respectivamente.

Proposta da Administração

A administração, pelos motivos constantes do Anexo III ao presente Manual da Administração, propõe sejam aprovadas as alterações propostas ao estatuto social da Companhia.

2.3 Alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia

Nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia da Companhia (“Plano”), adotado em 16 de fevereiro de 2009, o preço de exercício para novos participantes do Plano é de R\$ 5,60, ajustado pela distribuição de dividendos e outros proventos. O preço de exercício, considerando as distribuições de dividendos ocorridas até a presente data, é de R\$ 5,23 por ação.

Caso a alteração proposta seja aprovada, o preço de exercício para novos participantes do Plano será o maior entre: (i) R\$ 5,60 por ação, ajustado por dividendos e outros proventos distribuídos, desde a data de aprovação do Plano até a data de outorga, nos termos do item 5.4 do Plano; e (ii) 75% da cotação de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga. Em ambos os casos, o preço de exercício continuará sujeito ao ajuste nos termos do item 5.4 do Plano.

Como consequência da aprovação da alteração proposta, será inserido o item 6.1.1 no Plano, passando a ter a redação constante do Anexo V ao presente Manual, onde consta o Plano com as alterações em destaque.

Proposta da Administração

A administração propõe que seja aprovada a alteração do Plano acima descrita, com a consequente inserção do item 6.1.1.

ANEXO I

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME ARTIGO 9º,
PARÁGRAFO 1º, II, DA INSTRUÇÃO CVM N.º 481/09.**

O presente documento foi originalmente publicado pela Companhia em 18 de fevereiro de 2010.

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2009 totalizou R\$ 16.014.855,83.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

No exercício de 2009, foram distribuídos R\$8.375.119,65 a título de dividendos intermediários (R\$ 0,2034 por ação de emissão da Companhia), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de agosto de 2009. Em 10 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$6.838.993,39 (R\$ 0,1661 por ação de emissão da Companhia), a qual será submetida à aprovação da assembléia geral ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2010. Caso referida distribuição seja aprovada, o montante total distribuído a título de dividendos no exercício de 2009 será de R\$15.214.113,04 (R\$ 0,3695 por ação de emissão da Companhia).

No exercício social de 2009, não houve o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Considerando a aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos descrita acima, o montante total distribuído a título de dividendos no exercício de 2009 será de R\$15.214.113,04, correspondente a 95% do lucro líquido da Companhia neste exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A proposta do Conselho de Administração prevê a distribuição de R\$6.838.993,39 a título de

dividendos, equivalente a correspondente a R\$ 0,1661 por ação de emissão da Companhia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Caso aprovada a distribuição de dividendos descrita acima, a administração propõe que os dividendos sejam pagos dentro de aproximadamente 20 dias contados da data da aprovação em Assembléia Geral Ordinária.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve atualização ou juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será utilizada como data de corte para a declaração dos dividendos o dia útil imediatamente seguinte à data da aprovação da distribuição dos dividendos em Assembléia Geral Ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de agosto de 2009 a distribuição de R\$8.375.123,18 a título de dividendos, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao 2º Trimestre de 2009.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos dividendos intermediários foi realizado em 25 de agosto de 2009.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2009	2008	2007
Lucro Líquido/ação	R\$ 0,3889	R\$ (65,43)	R\$96,62

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Valor por ação	2009	2008	2007
Dividendo	0,3695	-	-

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Foram destinados R\$ 800.742,79 à reserva legal

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Foi destinado 5% do lucro líquido do exercício, até que tal reserva chegasse a valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia somente possui ações ordinárias emitidas.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve retenção do dividendo mínimo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação de resultado para reserva estatutária.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não houve retenção prevista em orçamento de capital

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO II

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia utilizou-se da faculdade prevista no artigo 67 da Instrução Normativa CVM n.º 480/09, razão pela qual não são apresentados dados referentes aos exercícios de 2008 e 2007.

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática da remuneração;

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional a sua contribuição com o resultado da Companhia.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia (diretores estatutários e não estatutários) fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso) semestral, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de alinhamento e retenção no longo prazo, que não possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do conselho de administração.

A remuneração dos membros do conselho de administração da Companhia é composta somente de pró-labore.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Exercício social de 2009:

Elemento	Participação na remuneração total
Remuneração fixa	62%
Bônus ou PLR	38%
Total	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

No exercício de 2010, os diretores e vice-presidentes da Companhia receberão uma remuneração global semestral variável (além dos valores que receberão em decorrência da participação no plano de opções de compra de ações da Companhia e de qualquer remuneração fixa paga no curso normal) equivalente a até 35% da taxa de performance recebida pela Companhia com honorários relacionados com a prestação de serviços de gestão aos fundos e carteiras sob gestão da Companhia ("Fundos TISA"), durante cada semestre, excluindo a remuneração variável paga aos funcionários da Companhia; ficando estabelecido, entretanto, que em qualquer semestre no qual a remuneração global variável dos diretores e vice-presidentes resultar em menos de R\$2,0 milhões, menos a remuneração variável paga aos funcionários, o Conselho de Administração da Companhia terá o direito de aumentar, de forma discricionária, essa remuneração global variável para até R\$2,0 milhões. A remuneração variável atribuída aos administradores e funcionários da Companhia será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando em consideração as recomendações não vinculativas do Comitê de Remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração permite com que sejam atingidos os objetivos de alinhamento de interesses, adequação da remuneração com os resultados obtidos e acompanhamento contínuo de desempenho.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. Com relação aos aspectos qualitativos, são realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas, e alinhamento com os valores da Companhia, tais como integridade, transparência, simplicidade, autonomia e convicção.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2010 – Remuneração prevista

Os valores abaixo são meras estimativas e podem sofrer variação ao longo do exercício, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente observados.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6 ¹	2	0	6
Remuneração fixa anual	R\$ 288.000	R\$ 768.688	N/A	R\$ 1.056.688
Salário/pró-labore	R\$ 288.000	R\$ 768.688	N/A	R\$ 1.056.688
Benefícios diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Participações em comitês	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Remuneração Variável	0	R\$ 1.024.918	N/A	R\$ 1.024.918
Bônus	0	R\$ 1.024.918	N/A	R\$ 1.024.918
Participação nos resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Benefícios pós-emprego	0	0	N/A	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	0	R\$ 1.200.000	N/A	R\$ 1.200.000
Total da remuneração	R\$ 288.000	R\$ 2.993.606	N/A	R\$ 3.281.606

¹ Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6 ²	2	0	6
Remuneração fixa anual	R\$ 216.000	R\$ 609.118	N/A	R\$ 825.118
Salário/pró-labore	R\$ 216.000	R\$ 609.118	N/A	R\$ 825.118
Benefícios diretos e indiretos	0	0	N/A	0
Participações em comitês	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Remuneração Variável	0	R\$ 508.640	N/A	R\$ 508.640
Bônus	0	R\$ 508.640	N/A	R\$ 508.640
Participação nos resultados	0	0	N/A	0
Participação em reuniões	0	0	N/A	0
Comissões	0	0	N/A	0
Outros	0	0	N/A	0
Benefícios pós-emprego	0	0	N/A	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	N/A	0
Remuneração baseada em ações	0	R\$ 20.278.595	N/A	R\$ 20.278.595
Total da remuneração	R\$ 216.000	R\$ 21.396.353	N/A	R\$ 21.612.353

² Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:
2010 – Remuneração prevista**

Os valores abaixo são meras estimativas e podem sofrer variação ao longo do exercício, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente observados.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	2	0	6
Bônus	0	R\$ 10.932.000	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.932.000	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 10.932.000	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A	N/A

2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	2	0	6
Bônus	0	R\$ 508.640	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 9.174.881	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	R\$ 9.174.881	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 508.640	N/A	R\$ 508.640
Participação no resultado	0	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas.

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos Fundos TISA), bem como pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano permitirá que os Participantes recebam parte do valor gerado pela Companhia, que, para tanto, estarão incentivados a, cada vez mais, trabalhar de forma a maximizar o desempenho da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano representa ferramenta de retenção de administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

No curto prazo e médio prazo, o principal elemento de alinhamento consiste nas outorgas anuais de novas opções, previstas para 1º de julho dos próximos três exercícios sociais. Além disso, em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano) e do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos), acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para que seus Participantes continuem a trabalhar voltados para a maximização do desempenho da Companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção equivale a uma ação de emissão da Companhia. Considerando a quantidade atual de ações emitidas pela Companhia, o número máximo de opções do Plano é de 13.724.667 opções.

h) Condições de aquisição de ações

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% do total de ações objeto do Plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009, 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 6,0% do total de ações objeto do plano, tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis; e

- (iii) as opções outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada um dos cinco exercícios sociais subseqüentes à respectiva data de outorga.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções objeto do plano será de R\$5,60 por ação, reduzido por dividendos e outras distribuições feitas pela Companhia. Na data deste Formulário, o preço de exercício era de R\$5,23 por ação. Para novos participantes, o preço será o maior entre (i) R\$ 5,60 por ação, ajustado por dividendos e outros proventos distribuídos, desde a data de aprovação do Plano até a data de outorga, nos termos do item 5.4 do Plano; e (ii) 75% da cotação de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga. Em ambos os casos, o preço de exercício continuará sujeito ao ajuste nos termos do item 5.4 do Plano.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

k) Forma de liquidação

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

l) Restrições à transferência de ações

O Participante não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, seus direitos e obrigações decorrentes do contrato de opção sem o prévio e expreso consentimento, por escrito, da Companhia.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia; (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções

exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Órgão	Ações Ordinárias	Opções de Compra de Ações
Conselho de Administração	22.636.056	6.540.940
Diretoria	0 ³	0 ⁴

³ Tendo em vista que todos os membros da diretoria são conselheiros da Companhia, as ações detidas pelos membros da diretoria estão computadas no Conselho de Administração.

⁴ Tendo em vista que todos os membros da diretoria são conselheiros da Companhia, as opções de compra de ações detidas pelos membros da diretoria estão computadas no Conselho de Administração.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Previsão 2010

Os valores abaixo são estimados e calculados com base nos exercícios anteriores. As outorgas de opções são definidas pelo Conselho de Administração com base no resultado da Companhia e no desempenho individual de cada Participante durante o exercício, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente observados.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	2	0
Data de outorga	N/A	01.07.2010	N/A
Quantidade de opções outorgadas	0	240.000	0
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% ao ano	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	N/A		N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	R\$5,40	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 1.200.000 ⁵	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,26%	N/A

⁵ Valor justo calculado em 31 de dezembro de 2009, com base na metodologia descrita no item 13.9.

1ª Outorga de 2009

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Data de outorga	N/A	10.03.2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	3.839.761	N/A
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 10.03.2009, 20% em 01.07.2009 e 20% em cada um dos três aniversários subsequentes a 01.07.09	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 19.198.805	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	7%	N/A

2ª Outorga de 2009

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Em relação a cada outorga de opções:	0		N/A
Data de outorga	N/A	10.03.2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	46.083	N/A
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em 01.07.2009 e 20% em cada um dos quatro aniversários subsequentes	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 230.415	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,16%	N/A

3ª Outorga de 2009

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Em relação a cada outorga de opções:	0		N/A
Data de outorga	N/A	01.07.2009	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	169.875	N/A
Prazo para que opções se tornem exercíveis	N/A	20% em cada um dos aniversários subseqüentes a 01.07.09	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			N/A
Em aberto no início do exercício social	N/A	N/A	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 849.375	N/A
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,6%	N/A

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Em relação às opções ainda não exercíveis			
Quantidade	0	2.340.723	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	1/3 em 01.07.2010, 1/3 em 01.07.2011 e 1/3 em 01.07.2012	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,40	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$11.703.615 ⁶	N/A
Em relação às opções exercíveis			
Quantidade	0	1.545.121	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	5 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$5,23	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício	N/A	R\$ 7.725.605 ⁷	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social			

⁶ Valor justo calculado em 31 de dezembro de 2009, com base na metodologia descrita no item 13.9.

⁷ Valor justo calculado em 31 de dezembro de 2009, com base na metodologia descrita no item 13.9.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

2009

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	6	2	0
Em relação às opções exercidas	N/A	Não houve exercício de opções durante o exercício	N/A
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Em relação às ações entregues			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando:

(a) modelo de precificação;

A avaliação do Plano apresentada neste Formulário foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação, que será reduzido por dividendos e outras distribuições feitas pela Companhia; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado;

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada;

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições;

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração e diretoria estatutária:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio da Remuneração Individual
2009	6 ⁸	R\$ 12.000	R\$ 12.000	R\$ 12.000

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio da Remuneração Individual
2009	2	R\$ 35.000	R\$ 30.000	R\$ 32.500

Conselho Fiscal

Ano	Número de Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio da Remuneração Individual
2009	N/A	N/A	N/A	N/A

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2009
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	N/A

⁸ Apenas os membros do conselho de administração independentes fazem jus à remuneração como conselheiros.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

<u>Órgão</u>	<u>2009</u>
Conselho de Administração	R\$ 2.175.905,92
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	N/A

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO III
RELATÓRIO DETALHANDO A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

1. Alteração da composição do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Remuneração da Companhia

Nos termos do artigo 36 do estatuto social da Companhia, atualmente, o Comitê de Auditoria e Compliance e o Comitê de Remuneração são compostos por 3 (três) membros, escolhidos dentre os membros do conselho de administração da Companhia, sendo que 2 (dois) membros devem ser conselheiros independentes, conforme definição constante do estatuto social da Companhia.

A alteração proposta altera a composição de ambos os comitês, de modo que estes passem a ser compostos por, no mínimo, 2 (dois) membros, também escolhidos entre os membros do Conselho de Administração, sendo que 1 (um) membro deverá ser conselheiro independente, conforme definição constante do estatuto social da Companhia, sendo que caberá a este o voto de qualidade, em caso de empate nas deliberações.

A proposta de alteração visa conferir maior flexibilidade à composição do Comitê de Auditoria e Compliance e ao Comitê de Remuneração, de modo que este possa ser composto por 2 (dois) ou mais membros, conforme necessidade que venha a ser constatada pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, a alteração proposta conferirá maior agilidade nas deliberações, sem prejuízo à autonomia dos comitês e à prevalência dos conselheiros independentes nos casos de empate de votos nas deliberações.

2. Ratificação do cancelamento de ações aprovado em 26 de maio de 2009

Em 26 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, *ad referendum* da assembléia geral de acionistas, o cancelamento de 3.580.348 (três milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e quarenta e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social.

Referido cancelamento foi aprovado com o objetivo de permitir que a Companhia adquirisse ações de sua própria emissão, nos termos do programa de recompra de ações aprovado nesta mesma data, em observância ao limite de manutenção de até 10% (dez por cento) do total de ações em circulação da Companhia em tesouraria, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM n.º 10.

Em decorrência do cancelamento, o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia aumentou proporcionalmente. Com o cancelamento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 41.174.000 (quarenta e um milhões, cento e setenta e quatro mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

ANEXO IV

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE

ESTATUTO SOCIAL DA
TARPON INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF 05.341.549/0001-63
NIRE 35.300.314.611

Capítulo I
Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º. A Tarpon Investimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das S.A.") e pela legislação complementar, bem como pela regulamentação aplicável.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.144, conj. 52, CEP 01451-000.

Parágrafo Único. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social:

- (a) atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimentos, no Brasil e no exterior;
- (b) adquirir, alienar, negociar com títulos e valores mobiliários de companhias abertas e fechadas, na bolsa de valores ou fora dela, no Brasil e no exterior;
- (c) exercer qualquer atividade afim ou correlata; e
- (d) participar do capital de outras sociedades e fundos, carteiras e outros veículos de investimento.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

Capítulo II
Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 4.004.259,00 (quatro milhões, quatro mil,

duzentos e cinquenta e nove reais), dividido em 41.174.000 (quarenta e um milhões, cento e setenta e quatro mil) 44.754.348 (quarenta e quatro milhões, setecentas e cinquenta e quatro mil, trezentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único. O capital social será sempre dividido exclusivamente em ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias.

Artigo 6º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos respectivos titulares em instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 7º. A cada ação ordinária corresponde o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral ou Especial.

Artigo 8º. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Parágrafo Primeiro. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas nos termos do *caput* deste artigo 8º, bem como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo Segundo. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar acerca da emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo Terceiro. A integralização de ações em bens dependerá da aprovação do respectivo laudo de avaliação pela Assembléia Geral, na forma da lei.

Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, a emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial acerca de incentivos fiscais, poderá se dar sem que seja concedido aos acionistas direito de preferência na subscrição de novas ações ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o exercício desse direito de preferência.

Capítulo III Assembléia Geral

Artigo 10. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 132 da Lei das

S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, desde que convocada nos termos da Lei das S.A. ou deste Estatuto Social.

Artigo 11. Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e neste Estatuto Social, competirá privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia;
- (b) reformar este Estatuto Social;
- (c) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (f) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (g) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (h) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do Conselho Fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A.;
- (i) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços;
- (j) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia;
- (k) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (l) deliberar acerca da saída do Novo Mercado ("Novo Mercado") da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA");
- (m) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor

Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X deste Estatuto Social;

- (n) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia;
- (o) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.;
- (p) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- (q) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- (r) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia;
- (s) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (t) alterar a política de dividendos;
- (u) aprovar a participação em grupo de sociedades;
- (v) reduzir o dividendo obrigatório;
- (w) alterar o objeto social da Companhia; e
- (x) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia.

Artigo 12. A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, nas hipóteses previstas na Lei das S.A. ou, ainda, nas demais hipóteses previstas neste Estatuto Social, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência e a segunda convocação, se necessária, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

Artigo 13. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas em Assembléia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização por prazo maior.

Artigo 14. Para que possa participar da Assembléia Geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e

duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembléia Geral, os seguintes documentos:

- (a) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral;
- (b) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social; e
- (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral.

Artigo 15. Antes da instalação da Assembléia Geral, os acionistas deverão assinar o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seus dados e a quantidade de ações de que forem titulares.

Parágrafo Primeiro. A lista dos acionistas presentes deverá ser encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo. Os acionistas que comparecerem à Assembléia Geral após o encerramento da lista de acionistas presentes poderão acompanhar a Assembléia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 16. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir *quorum* mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência dos dois, por aquele que a Assembléia Geral indicar. O Presidente da Assembléia Geral poderá indicar até 2 (dois) secretários.

Artigo 17. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco ou abstenções, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral poderá deliberar apenas a respeito das matérias que tiverem constado da ordem do dia descrita no respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

Parágrafo Segundo. As atas das Assembléias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembléias Gerais, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 18. A Assembléia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das S.A., por sua regulamentação ou por este Estatuto Social. A suspensão poderá ser deliberada pela Assembléia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria tiver constado da ordem do dia descrita no edital de convocação.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do total de ações de emissão da Companhia, poderão convocar a Assembléia Geral mencionada no *caput* deste artigo 18 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação apresentado por esses acionistas. O pedido de convocação da Assembléia Geral para a suspensão de direitos de acionista deverá indicar a obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo Segundo. Caberá à Assembléia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.

Parágrafo Terceiro. A suspensão de direitos cessará logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à referida suspensão.

Artigo 19. É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que o tal acionista tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

Capítulo IV **Administração**

Artigo 20. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento serão regulados por este Estatuto Social e pela Lei das S.A., pela legislação complementar e pela regulamentação aplicável.

Artigo 21. A investidura nos cargos dos órgãos da administração da Companhia far-se-á pela assinatura pelo administrador empossado de termo lavrado em livro próprio, dispensada qualquer garantia de gestão, e do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo Segundo. Os administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão.

Artigo 22. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., da Instrução CVM n.º 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Após o recebimento de pedido neste sentido, a Companhia deverá divulgar que a eleição dos membros do Conselho de Administração se dará pelo processo do voto múltiplo:

- (a) imediatamente, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA; e
- (b) em até 2 (dois) dias do recebimento do pedido, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, mediante publicação de aviso aos acionistas.

Parágrafo Segundo. Regularmente instalada a Assembléia Geral em que se dará a eleição de membros do Conselho de Administração pelo processo do voto múltiplo, o Presidente da Mesa promoverá, com base no Livro de Presenças de Acionistas e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberá a cada acionista. Cada acionista terá o direito de cumular os votos que lhe tiverem sido atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Parágrafo Terceiro. Os cargos que, em virtude de empate, não tiverem sido preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Parágrafo Quarto. Sempre que a eleição tiver sido realizada com a utilização do voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembléia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição. Nos demais casos em que ocorrer vacância de cargo do Conselho de Administração, a primeira Assembléia Geral procederá à eleição de todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 23. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Primeiro. As reuniões dos órgãos de administração deverão ser previamente convocadas nos termos deste Estatuto Social. Independentemente de convocação, será considerada validamente instalada a reunião a que comparecerem todos os membros do respectivo órgão da administração.

Parágrafo Segundo. As reuniões dos órgãos da administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião. Os administradores ausentes poderão, por escrito, também delegar seu voto a outros administradores do mesmo órgão.

Parágrafo Terceiro. Os administradores que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por fac-símile ou outro meio eletrônico, devendo uma cópia ser arquivada na sede da Companhia juntamente com o original assinado da ata.

Capítulo V **Conselho de Administração**

Artigo 24. O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração deve ter na sua composição ao menos 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Único. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Artigo 25. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

Parágrafo Primeiro. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembléias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembléias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, Diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

Parágrafo Segundo. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído a seu Presidente, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Parágrafo Terceiro. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 26. Ressalvada a hipótese em que os membros do Conselho de Administração tiverem sido eleitos por meio do voto múltiplo e observado o previsto no Parágrafo Segundo deste artigo, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, os demais membros do Conselho de Administração poderão nomear substituto provisório, que servirá até a primeira Assembléia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo membro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembléia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Parágrafo Primeiro. Considera-se vago o cargo do conselheiro que não comparecer injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente.

Artigo 27. No caso de ausência ou impedimento temporário, o conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo Único. Caso o conselheiro a ser representado seja Conselheiro Independente, o conselheiro que o representar também deverá se enquadrar na condição de Conselheiro Independente.

Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por este Estatuto Social:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia;
- (d) fixar a remuneração individual dos administradores, observado o montante global aprovado pela Assembléia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia;

- (e) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações;
- (f) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembléia Geral;
- (g) apresentar à Assembléia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (h) submeter à Assembléia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social;
- (i) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembléia Geral;
- (j) deliberar acerca da convocação da Assembléia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembléia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente;
- (k) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- (l) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral;
- (m) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual;
- (n) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (o) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (p) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou

conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;

- (q) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (r) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- (s) de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (t) estabelecer o valor da participação nos lucros dos administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;
- (u) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;
- (v) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- (w) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, nos termos previstos no Capítulo X, Seção II deste Estatuto Social;
- (x) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembléia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;
- (y) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;
- (z) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

- (aa) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;
- (bb) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;
- (cc) contratar novos administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (dd) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;
- (ee) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e
- (ff) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano.

Artigo 29. Os membros do Conselho de Administração que também sejam Diretores deverão abster-se de votar nas matérias previstas nas alíneas “c”, “d”, “s” e “t” do artigo 28.

Artigo 30. O Conselho de Administração reunir-se-á:

- (a) pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente; e
- (b) extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 31. A convocação para as reuniões deverá ser feita pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, ou, na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, por 2 (dois) dos membros do Conselho de Administração. A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á sempre por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da

convocação pelo destinatário, e deverá indicar o local, data e hora da reunião, bem como a ordem do dia.

Parágrafo Primeiro. As convocações deverão ser entregues com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões ordinárias, e com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões extraordinárias.

Parágrafo Segundo. As deliberações em reuniões do Conselho de Administração deverão limitar-se às matérias previstas na convocação, podendo, no entanto, ser autorizada a deliberação de matérias que não tenham sido incluídas na convocação na hipótese de a reunião ter se instalado com a presença de todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 32. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, em primeira convocação, será da maioria dos seus membros. Em segunda convocação, que deverá ser objeto de nova comunicação aos conselheiros na forma do artigo 31, a reunião se instalará com qualquer número de conselheiros.

Parágrafo Único. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Artigo 33. Salvo exceções expressas neste Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões.

Parágrafo Primeiro. Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.

Parágrafo Segundo. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos conselheiros presentes.

Capítulo VI

Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

Artigo 34. O Comitê de Auditoria e *Compliance* exercerá funções consultivas, em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia.

Artigo 35. O Comitê de Remuneração exercerá as funções abaixo em conformidade com seu regimento interno, sendo que suas recomendações têm caráter não vinculante:

- (a) auxiliar o Conselho de Administração a estabelecer os planos, políticas e programas de remuneração destinados aos administradores e empregados da Companhia; e
- (b) aprovar a remuneração e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para administradores e empregados da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral.

Artigo 36. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, no mínimo, 2 (dois)~~3 (três)~~ membros para a composição de cada um dos Comitês de Auditoria e de Remuneração, sendo que 12 (doisum) dos seus membros ~~deverão~~deverá ser Conselheiros Independentes.

Parágrafo Primeiro. O funcionamento dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração serão disciplinados pelo Conselho de Administração, observados os respectivos regimentos internos e o disposto neste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o seu assessoramento, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração, designando os seus respectivos membros dentre os membros da administração da Companhia e/ou outras pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Capítulo VII

Diretoria

Artigo 37. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Único. Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, o substituto provisório será nomeado pelo Diretor Presidente, ou caso a vacância seja do cargo de Diretor Presidente o substituto provisório deverá ser nomeado pelos demais Diretores, o qual assumirá o cargo até a realização da próxima reunião do Conselho de Administração, a qual deverá ser convocada imediatamente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelas pessoas designadas no artigo 31 deste Estatuto Social, para que seja designado o respectivo substituto que ficará no cargo pelo restante do prazo do mandato do substituído.

Artigo 38. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo Único. Observados os valores de alçada previstos no artigo 28 deste Estatuto Social, compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:

- (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;
- (b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos;
- (c) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;
- (d) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;
- (e) abrir e movimentar contas bancárias;
- (f) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;
- (g) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, *warrants* ou qualquer outro título de crédito;
- (h) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;
- (i) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;
- (j) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração; e
- (k) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 39. Além de outras competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, orientar e coordenar a atuação da Diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia.

Artigo 40. Além de outras competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Artigo 41. A Diretoria se reúne validamente com a presença da maioria absoluta dos Diretores e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Primeiro. As convocações para as reuniões da Diretoria deverão ser feitas mediante comunicado escrito entregue aos Diretores com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, devendo constar desse comunicado a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Parágrafo Segundo. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 42. Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

- (a) de 2 (dois) Diretores;
- (b) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos;
ou
- (c) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro. Os atos para os quais este Estatuto Social exige autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos caso preenchido esse requisito.

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (a) representação da Companhia em atos de rotina realizados fora da sede social;
- (b) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (c) representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; e
- (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

Artigo 43. Todas as procurações deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos

de procurações *ad judicium*, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo.

Artigo 44. É vedado aos Diretores:

- (a) obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social e ao interesse da Companhia;
- (b) obrigar a Companhia em financiamentos, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios da Companhia; e
- (c) receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo.

Capítulo VIII **Conselho Fiscal**

Artigo 45. A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, com competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e somente será instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionistas nas hipóteses previstas na Lei das S.A.

Parágrafo Primeiro. A eleição dos membros do Conselho Fiscal observará o disposto no Parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das S.A.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na primeira Assembléia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo Terceiro. Quando instalado o Conselho Fiscal, a investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente na primeira reunião do Conselho Fiscal a ser realizada após a instalação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembléia Geral será convocada imediatamente para proceder à eleição de substituto que ficará no cargo pelo restante do prazo do mandato do substituído.

Artigo 46. O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras da Companhia ao menos trimestralmente.

Parágrafo Primeiro. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal se instala com a presença da maioria dos seus membros e se manifesta por maioria dos membros presentes.

Parágrafo Terceiro. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos conselheiros presentes.

Artigo 47. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o quanto disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Capitulo IX

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros

Artigo 48. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

Parágrafo Único. Ao término de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei e na regulamentação aplicável.

Artigo 49. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Parágrafo Primeiro. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Segundo. Após as deduções previstas no Parágrafo Primeiro deste artigo 49, destinar-se-á:

- (a) 5% (cinco por cento) a serem destinados para a reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação previstas nesta alínea;
- (b) do saldo remanescente, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de reserva de contingências e eventual reversão dessa reserva, nos termos da legislação em vigor;

- (c) pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório, nos termos do Parágrafo Quarto deste artigo 49. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar;
- (d) até 10% (dez por cento) do saldo remanescente após o pagamento dos dividendos previstos no item (c) acima, poderão ser destinados para Reserva de Investimento com finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, sem prejuízo do disposto no artigo 196 da Lei das S.A.; e
- (e) o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembléia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo Terceiro. Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.

Parágrafo Quarto. A Assembléia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de Reserva de Investimentos ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

Parágrafo Quinto. O dividendo previsto no Parágrafo Quarto deste artigo 49 não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembléia Geral Ordinária ser o pagamento desse dividendo incompatível com a situação financeira da Companhia. Essa situação deverá ser comunicada à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização da Assembléia Geral Ordinária, devidamente acompanhada da justificativa apresentada pelo Conselho de Administração e de parecer do Conselho Fiscal a respeito.

Artigo 50. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária, poderá a Companhia pagar ou creditar juros sobre o capital próprio aos acionistas, na periodicidade que decidir, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim

desembolsadas poderão ser imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo Primeiro. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social, os acionistas serão compensados com os dividendos a que tem direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 51. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- (a) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta dos lucros apurados no balanço semestral;
- (b) o pagamento de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º, do artigo 182 da Lei das S.A.; e
- (c) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 52. A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 53. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

Capítulo X

Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta, Saída do Novo Mercado

Seção I – Alienação de Controle

Artigo 54. A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das

demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a assegurar aos outros acionistas da Companhia tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 55. Para os fins da oferta pública prevista no artigo 54, o Acionista Controlador Alienante e o comprador deverão entregar imediatamente à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e as demais condições da operação de Alienação do Controle da Companhia.

Artigo 56. A oferta pública referida no artigo 55 deste Estatuto Social será exigida ainda:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou
- (b) em caso de Alienação do Controle de sociedade que seja a titular do Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 57. Aquele que for titular de ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no artigo 54 deste Estatuto Social; e
- (b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do Poder de Controle da Companhia, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IGP-M ou outro índice de base equivalente que venha substituí-lo.

Artigo 58. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro. A Companhia não registrará acordo de acionistas que disponha acerca do exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo Segundo. Após qualquer operação de Alienação de Controle da Companhia, o adquirente, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro de 6

(seis) meses subseqüentes à Alienação de Controle, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Seção II – Saída do Novo Mercado e Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Artigo 59. Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral aprovem:

- (a) o cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador ou a Companhia, conforme o caso, deverá(ão) efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo seu respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro a Terceiro deste artigo 58, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis; ou
- (b) a saída do Novo Mercado, para que as suas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado ou em decorrência de reorganização societária da qual a sociedade resultante não seja admitida à negociação no Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo seu respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro a Terceiro deste artigo 58, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Os laudos de avaliação referidos no *caput* deste artigo deverão ser elaborados, observados os requisitos descritos no Parágrafo Primeiro do artigo 8º da Lei das S.A., por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, sendo que tal instituição ou empresa será responsável pela avaliação em questão nos termos do parágrafo 6º do artigo 8º da Lei das S.A.

Parágrafo Segundo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, presentes naquela Assembléia Geral, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Terceiro. Os custos de elaboração dos laudos de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública.

Artigo 60. Na hipótese de haver Controle Difuso da Companhia, sempre que for aprovado, em Assembléia Geral:

- (a) o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição das ações de sua emissão, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações pertencentes aos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a oferta pública; e
- (b) a saída da Companhia do Novo Mercado, seja em razão de registro para negociação de ações fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária conforme previsto na alínea “b” do *caput* do artigo 59 deste Estatuto Social, os acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação na Assembléia Geral deverão efetivar a oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia.

Artigo 61. Na hipótese de haver Controle Difuso da Companhia e a BM&FBOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado por ato ou fato da administração, deverá ser convocada Assembléia Geral, na forma do artigo 123 da Lei das S.A., visando a destituir e substituir o Conselho de Administração ou tomar as decisões necessárias a sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Artigo 62. Se as decisões referidas no artigo 61 acima não sanarem o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado no prazo definido pela BM&FBOVESPA para tanto, a Companhia deverá, respeitadas as disposições legais, efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas.

Parágrafo Único. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Artigo 63. Na hipótese de haver Controle Difuso da Companhia e ocorrendo a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado por deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o descumprimento.

Artigo 64. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que:

- (a) seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública;
- (b) não haja prejuízo para os destinatários da oferta; e
- (c) seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 65. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização de oferta pública de aquisição prevista neste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, de terceiro e, conforme o caso, da própria Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública até que esta seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Capítulo XI

Definições

Artigo 66. Para fins deste Estatuto, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o acionista ou Grupo de Acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante, se aplicável.

“Conselheiro Independente” caracteriza-se por (a) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (c) não ter sido, nos últimos 3

(três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não ser fornecedor, comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (f) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (g) não receber outra remuneração da Companhia, além da de conselheiro (proventos oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

“Controlada” significa a sociedade da qual a Companhia detém o Poder de Controle.

“Controladora” significa a sociedade que exerce o Poder de Controle da Companhia.

“Controle Difuso” significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, assim como o Poder de Controle exercido por grupo de acionistas detentor de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% do capital social e desde que tais acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum..

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de duas ou mais pessoas (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior):

- (a) que sejam vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladores ou sob Controle comum;
- (b) entre as quais haja relação de Poder de Controle, direta ou indiretamente;
- (c) sob Poder de Controle comum; ou
- (d) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (d.i) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (d.ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital de cada uma das duas pessoas;
- (e) no caso de *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo

de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (e.i) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (e.ii) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembléias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário;

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionista ou sob controle comum que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Capítulo XII **Liquidação**

Artigo 67. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

Capítulo XIII **Arbitragem**

Artigo 68. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do

procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida desta natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. Para os fins deste parágrafo único, eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro possa ser.

Capítulo XIV

Disposições Gerais

Artigo 69. Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas que discipline o exercício do direito de voto em conflito com as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 70. A Companhia enviará, por correio eletrônico, todos os avisos, editais, demonstrações financeiras e informações periódicas publicados ou enviados à Comissão de Valores Mobiliários, a todos os acionistas que formularem por escrito tal solicitação, com indicação de prazo de validade, não superior a 2 (dois) anos, e indicarem o seu endereço eletrônico; essa comunicação não suprirá as publicações legalmente exigidas e será feita mediante a exoneração expressa pelo acionista de qualquer responsabilidade da Companhia por erros ou omissões no envio.

Artigo 71. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A.

Capítulo XV

Disposições Transitórias

Artigo 72. O Conselho de Administração eleito na data de aprovação deste Estatuto terá mandato até a Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A partir de então, o mandato do Conselho de Administração será aquele estabelecido no artigo 24 deste Estatuto Social.

Artigo 73. As disposições contidas no Capítulo X e regras referentes ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo somente terão eficácia a partir da data da concessão pela CVM de registro de companhia aberta à Companhia.

* * *

ANEXO V

PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE

TARPON INVESTIMENTOS S.A.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Este Plano de Opção de Compra de Ações da Tarpon Investimentos S.A. ("Companhia"), aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de fevereiro de 2009, e alterado pelo Conselho de Administração em 30 de novembro de 2009 ("Plano"), estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia ("Opções") a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, bem como pessoas físicas ou jurídicas que lhes prestem serviços, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

1. Objetivos do Plano

1.1. O Plano tem por objetivo permitir que Administradores e Executivos (conforme definidos no item 3 deste Plano) da Companhia adquiram ações ordinárias da Companhia ("Ações"), visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus Administradores e Executivos e, assim, incentivar os Administradores e Executivos a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia. Este Plano gerará benefícios aos Administradores e Executivos, que receberão parte do valor gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Administradores e Executivos incentivados a, cada vez mais, trabalhar de forma a maximizar a *performance* da Companhia.

2. Administração do Plano

2.1. Este Plano será administrado pelo Conselho de Administração, que contará com a assessoria do Comitê de Remuneração ("Comitê"). As deliberações do Comitê não vinculam a Companhia, exceto se, e quando, homologadas pelo Conselho de Administração.

2.2. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos aos limites estabelecidos neste Plano, no Estatuto Social da Companhia e nas diretrizes fixadas pela Assembléia Geral, bem como deverão observar as normais legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

2.3. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, devendo a Assembléia Geral ser consultada se assim determinar o Estatuto Social da Companhia ou a Lei das S.A., ou sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, a seu exclusivo critério.

2.4. O Conselho de Administração terá amplos poderes para implementar e conduzir o Plano, bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo:

- (a) criar e aplicar normas gerais relativas à outorga e ao exercício de Opções nos termos deste Plano;
- (b) solucionar dúvidas de interpretação do Plano;
- (c) estabelecer as metas de desempenho dos Administradores e Executivos de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Participantes e para a outorga de Opções;
- (d) eleger os Participantes do Plano e autorizar a outorga de Opções, estabelecendo todas as condições da outorga e do exercício das Opções, bem como modificar tais condições quando necessário para adequar este Plano e as Opções aos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- (e) autorizar a emissão de novas Ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado em decorrência do exercício de Opções pelos Participantes; e
- (f) estabelecer as regras complementares a este Plano e rever suas condições.

2.5. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano e com as Opções.

2.6. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos presentes, observado o quorum mínimo de instalação das reuniões do Conselho de Administração previsto no Estatuto Social da Companhia, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade, no caso de empate.

3. Participantes

3.1. Participarão do Plano os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os Administradores e Executivos da Companhia ("Participantes").

3.2. Para os fins deste Plano:

- (a) "Administradores" significa os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e
- (b) "Executivos" significa os empregados que exerçam função de gerência na Companhia e demais empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos fundos geridos pela Companhia) e pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços para a Companhia.

3.3. A inclusão de um Participante no Plano não garante a sua permanência no cargo que lhe atribuiu

a elegibilidade ao Plano ou em qualquer outro cargo da Companhia, tampouco interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia de rescindir, a qualquer tempo, a relação mantida com o Participante. Adicionalmente, a inclusão de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria no Plano não garante a sua permanência no respectivo cargo até o término do seu mandato, tampouco interferirá, de qualquer modo, com o direito da Companhia destituí-lo(a) ou de não reelegê-lo(a) ao cargo.

3.4. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Participantes qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Participantes. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

4. Outorga de Opções

4.1. Sem prejuízo de outras atribuições, e observado o disposto no Plano e durante a sua vigência, o Conselho de Administração da Companhia determinará os Participantes em favor dos quais serão outorgadas Opções, bem como:

- (a) o número de Ações que poderá ser adquirido com o exercício de cada Opção;
- (b) o prazo de vigência das Opções e o prazo para o seu exercício;
- (c) o preço de exercício de cada Opção ("Preço de Exercício");
- (d) as condições de pagamento do Preço de Exercício; e
- (e) quaisquer outras condições relativas à Opções.

4.2. A partir da entrada em vigor deste Plano nos termos da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração está autorizado a outorgar Opções nos termos deste Plano e de suas deliberações, observado o disposto no item 4.2.1 abaixo.

4.2.1. Do total das Opções a serem outorgadas sob este Plano, (a) até 70% poderão ser outorgadas a partir da data de entrada em vigor do Plano, (b) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, (c) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, (d) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir 1º de julho de 2011, e (e) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2012.

4.2.2. As Opções não outorgadas em qualquer data de outorga acima prevista poderão ser outorgadas nas datas de outorga subsequentes.

4.3. A outorga de Opções é realizada mediante a celebração entre a Companhia e cada um dos Participantes de Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações (cada, um “Contrato de Opção”), que deverá especificar, dentre outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (a) a quantidade de Opções outorgada e a quantidade de Ações objeto da Opção outorgada;
- (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da Opção;
- (c) o prazo para exercício da Opção; e
- (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

4.4. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições suspensivas ou resolutivas para o exercício da Opção.

4.5. Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes.

4.6. As Opções outorgadas nos termos do Plano e o seu exercício pelos Participantes não têm qualquer relação, tampouco estão vinculados, à sua remuneração fixa, variável ou eventual participação nos lucros da Companhia.

4.7. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral; ou
- (b) após o decurso do prazo de vigência da Opção ou do respectivo período de exercício da Opção; ou
- (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

5. Ações Sujeitas ao Plano

5.1. As Opções poderão conferir direitos sobre volume de Ações que não exceda, a qualquer tempo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

5.2. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, (a) emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou (b) vender Ações mantidas em tesouraria.

5.3. As Opções outorgadas segundo o Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, ressalvada qualquer disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

5.4. No caso de dividendos ou outra espécie de distribuição (em dinheiro, ações ou outro ativo), capitalização, desdobramento, grupamento, reorganização, fusão, cisão, incorporação, recompra ou permuta de ações, ou outra forma de reorganização societária, o Conselho de Administração da Companhia deverá realizar todas as alterações e/ou ajustes necessários para evitar a diluição ou o aumento dos direitos dos Participantes, devendo os efetivos de tais ajustes alcançar:

- (a) os direitos relativos a Opções já outorgadas e ainda não exercidas;
- (b) os direitos relativos a Opções já exercíveis mas ainda não exercidas; e
- (c) o Preço de Exercício, o qual, em qualquer caso, será reduzido pelo montante de dividendos, juros sobre capital próprio e outras distribuições que venham a ser realizadas pela Companhia.

5.4.1. Se, em decorrência do disposto nos itens 8.3(c) e (d), a Companhia não seja sobrevivente ou deixe de ser titular da maioria de seus ativos, a operação será estruturada de forma que cada Participante passe a ser titular de opções de compra de ações de emissão da sociedade sobrevivente ou da sociedade titular de substancialmente todos os ativos da Companhia, sendo que tais opções deverão ter pelo menos o mesmo valor que, e estarão sujeitas a termos e condições de outorga e exercício ao menos tão benéficos aos Participantes quanto, as Opções de titularidade de cada Participante na data anterior à conclusão da operação.

6. Preço do Exercício das Opções

6.1. O Preço de Exercício ~~das Opções para os Participantes que aderirem ao Plano anteriormente à assembléia geral ordinária e extraordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social de 2009 (“AGOE 2010”)~~ será de R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, observado o disposto no item 5.4.

6.1.1 O Preço de Exercício para os Participantes que aderirem ao Plano posteriormente à AGOE 2010 será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos do item 5.4 desde a data de aprovação inicial do Plano até a outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subseqüentes, nos termos do item 5.4.

6.2. O Preço de Exercício da Opção deverá ser pago pelo Participante preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Opção outras formas, condições e prazos de pagamento.

6.3. Sem prejuízo do disposto acima, enquanto o Preço de Exercício não for pago integralmente, as Ações adquiridas em virtude do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para a quitação do débito do Participante junto à Companhia.

7. Exercício das Opções

7.1. As Opções outorgadas nos termos deste Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção e no Plano.

7.2. Exceto se disposto em contrário pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, as Opções tornar-se-ão exercíveis (*vesting*) pelos Participantes conforme previsto a seguir (observado o disposto no item 8.5):

- (a) a primeira parcela das Opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 50,2% (cinquenta vírgula dois por cento) do total de ações objeto do Plano, tornar-se-á exercível na proporção de 20% (vinte por cento) em 10 de março de 2009, 20% (vinte por cento) em 1º de julho de 2009 e 20% (vinte por cento) em cada um dos 3 (três) aniversários subseqüentes à 1º de julho de 2009;
- (b) a segunda parcela das Opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 6,0% (seis por cento) do total de ações objeto do Plano, tornar-se-á exercível na proporção de 20% (vinte por cento) em 1º de julho de 2009 e 20% (vinte por cento) em cada um dos 4 (quatro) aniversários subseqüentes à 1º de julho de 2009;
- (c) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subseqüentes à data de outorga;
- (d) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2010 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subseqüentes à data de outorga;
- (e) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2011 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subseqüentes à data de outorga; e
- (f) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2012 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subseqüentes à data de outorga.

7.2.1. Sujeito ao disposto no item 7.3.1 e ao disposto no item 8, aplicável às hipóteses de Desligamento, as parcelas das Opções outorgadas que se tornarem exercíveis conforme o item 7.2 acima poderão ser exercidas exclusivamente no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados da data em que tal parcela tenha se tornado exercível.

7.3. Não obstante o disposto no item 7.2, a totalidade das Opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível nas hipóteses de:

- (a) (i) as Ações Vinculadas ao Acordo, conforme definido no acordo de acionistas da Companhia (“Acordo”), passem a representar menos de 30% (trinta por cento) do total de ações emitidas pela Tarpon Investimentos S.A. (diretamente ou por meio de holding das Partes Designadas), e/ou (ii) as partes originais do Acordo, seus sucessores ou administradores ou empregados da Tarpon Investimentos S.A. (“Partes Designadas”) passem a deter o direito de voto (individualmente, ou em conjunto com outras Partes Designadas) sobre menos da maioria das Ações Vinculadas ao Acordo, e/ou (iii) independentemente dos limites de titularidade previstos nos itens (i) e (ii) acima, a Companhia passe a estar sujeita a um novo “Acionista Controlador” (que não seja um Acionista Controlador existente), conforme tal termo é definido no Artigo 116 da Lei das S.A.;
- (b) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia;
- (c) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

7.4. O Participante que desejar exercer a sua Opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das Ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

7.5. A Companhia informará ao Participante, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o Preço de Exercício a ser pago, com base na quantidade de Ações informada pelo Participante, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a alienação ou a emissão das Ações objeto da Opção exercida.

7.6. A parcela da Opção não exercida nos prazos e condições estipulados neste item 7 será considerada automaticamente extinta, sem que o Participante tenha qualquer direito a indenização em virtude dessa extinção. Caso o Participante não exerça a Opção em qualquer ano ou não a exerça na proporção autorizada no referido ano, tais Opções não exercidas serão adicionadas às Opções que se tornarão exercíveis no ano seguinte e poderão ser exercidas no futuro, observado o respectivo período de exercício.

7.7. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos das normas legais ou regulamentares aplicáveis, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações por parte dos Participantes.

7.7.1. Não obstante o disposto em qualquer disposição deste Plano ou dos Contratos de Opção, os períodos de exercício das Opções serão prorrogados até a data em que o beneficiário deixar de ser titular de informação relevante que o impeça de negociar com ações da Companhia nos termos da legislação em vigor, conforme manifestação escrita que lhe tenha sido enviada pelo Conselho de Administração.

7.8. Nos termos do que dispõe o artigo 171, parágrafo 3º da Lei das S.A., os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na aquisição ou subscrição de Ações de emissão da Companhia alienadas ou emitidas pela Companhia nos termos do Plano.

7.9. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua Opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e do respectivo Contrato de Opção. Nenhum Participante terá direito ao exercício das Opções, e, conseqüentemente, no recebimento de Ações de emissão da Companhia enquanto as exigências legais e regulamentares e aquelas previstas neste Plano e no Contrato de Outorga não tiverem sido integralmente cumpridas.

8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Para fins deste Plano, “Desligamento” significa qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, abrangendo, dentre outros, as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador e rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços, a qualquer título.

8.1.1. O conceito de Desligamento descrito no item anterior não abrange as hipóteses de:

- (a) alteração da relação jurídica do Participante com a Companhia, contanto que, após a referida alteração, o Participante ainda seja considerado Administrador ou Executivo, conforme definidos no item 3 deste Plano, cabendo ao Conselho de Administração, se julgado necessário, manifestar-se a respeito da manutenção, ou não, da qualidade do Participante após a referida alteração;
- (b) aposentadoria.

8.2. Exceto na hipótese de Desligamento por justa causa, (a) em caso de Desligamento do Participante da Companhia, por iniciativa do Participante ou da Companhia, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do Desligamento, e (b) observado item 7.7, o Participante poderá exercer as Opções que forem exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do Desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito, conforme o item 7.4.

8.3. Sujeito ao disposto no item 8.4, na hipótese de o Desligamento do Participante ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido

concedidas, exercíveis ou não, na data do Desligamento.

8.4. A perda das Opções nos termos do item 8.3 aplicar-se-á tão somente quando o Participante, notificado pelo menos 30 (trinta) dias antes do respectivo Desligamento por justa causa para sanar a ação ou omissão que tenha dado causa ao Desligamento, não a tenha sanado. O disposto neste item não se aplica em caso de Desligamento que decorra de ação ou omissão do Participante que possa resultar em responsabilização criminal do mesmo (tais como, dentre outros, furto ou roubo) ou que possa resultar em grave dano à Companhia, no exclusivo entendimento do Conselho de Administração (tal como, dentre outros, violação à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia).

8.5. Nas hipóteses de Desligamento do Participante da Companhia, as Opções outorgadas nos termos deste Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros Participantes, nos termos deste Plano.

8.5.1. As Opções outorgadas e não exercidas que tornarem-se disponíveis para outorga em caso de Desligamento da Companhia poderão ser outorgadas novamente em qualquer data até 1º de julho de 2017, sendo que tais opções tornar-se-ão exercíveis (*vesting*) na proporção de 20% (vinte por cento) em cada um dos 5 (cinco) exercícios subseqüentes à respectiva data de outorga.

9. Falecimento, Invalidez Permanente ou Aposentadoria do Participante

9.1. Não obstante o disposto neste Plano, no caso de falecimento ou invalidez permanente, o Participante:

- (d) perderá imediatamente as Opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais Opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições deste Plano; e
- (e) as Opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do Participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do Participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do Participante, ou pelo próprio Participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do Participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

9.2. No caso de aposentadoria do Participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às Opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as Opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do Participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

10. Data de Vigência e Término do Plano

10.1 O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e expirará (i) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das Opções outorgadas no âmbito

deste Plano; (ii) por decisão da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

10.2. A extinção do Plano por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia não afetará a eficácia das Opções então em vigor anteriormente outorgadas (salvo se diversamente acordado por escrito com o respectivo Participante), tampouco a eficácia e validade das restrições à negociação com as Opções, as Ações e/ou ao direito de preferência instituído neste Plano.

11. Disposições Gerais

11.1. Este Plano será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

11.2. A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, dentre outras, sujeito ao disposto no item 7.3.

11.3. A obrigação da Companhia de alienar ou emitir Ações em decorrência do exercício das Opções outorgadas nos termos deste Plano está sujeita às normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como à obtenção de toda e qualquer autorização governamental que o Conselho de Administração da Companhia entenda necessária ou apropriada para a prática desses atos.

11.4. Nenhuma fração de ação será emitida em virtude do exercício de qualquer Opção, cabendo ao Conselho de Administração deliberar a respeito de situações em que o exercício de qualquer Opção resultar em direito à aquisição ou subscrição de fração de ação de emissão da Companhia.

11.5. Desde que preservados os direitos dos Participantes referentes às Opções já exercíveis nos termos dos respectivos Contratos de Opção, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano, no seu todo ou em parte, observada eventual deliberação prévia a respeito tomada pela Assembléia Geral da Companhia, bem como observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.6. A Companhia é autorizada a reter todo e qualquer tributo devido em relação a qualquer operação ou transferência envolvendo uma Opção, bem como tomar outras medidas que o Conselho de Administração entender necessárias para o fiel cumprimento pela Companhia e pelos Participantes da legislação aplicável ao Plano e às Opções.

11.7. Cada Participante aderirá expressamente aos termos do Plano por meio da assinatura do Contrato de Opção, sem qualquer ressalva.

11.8. Este Plano, cada Contrato de Opção e a aquisição ou subscrição de Ações de emissão da Companhia em virtude do exercício das Opções deverão observar a Lei das S.A. e a regulamentação aplicável.

11.9. Cada Participante se comprometerá, por meio da assinatura do Contrato de Opção, a observar a regulamentação da CVM, particularmente a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e a Política de Negociação das Ações de Emissão da Companhia.

11.10. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral ou ao encerramento do Plano.

11.11. Todas as controvérsias ou disputas a respeito da interpretação, validade, cumprimento, exequibilidade, inadimplemento ou rescisão deste Plano deverão ser dirimidos de acordo com o disposto nos Contratos de Opção.

* * * * *